

POR UMA 'NOVA PRAGMÁTICA EMANCIPATÓRIA'

TOWARDS A 'NEW EMANCIPATORY PRAGMATICS'

Dina Maria Martins Ferreira*
Claudiana Nogueira de Alencar

RESUMO

Neste artigo propomos o *modus operandi* de uma pragmática contra-hegemônica no que tange às teorias do *mainstream*, ou seja, as internalistas (auto-suficiência da língua como sistema) e as externalistas (aspecto social aliado à língua e não constitutivo da língua). Para tal, constroem-se dois percursos argumentativos para dar conta de uma nova Pragmática emancipatória: (1) nova, que mostra a incompatibilidade conceitual entre a teoria austiniana e a interpretada por seu discípulo Searle; (2) emancipatória, que busca a emancipação intelectual criativa e uma partilha do sensível. Dessas duas perspectivas, contraposições teóricas são apresentadas no e do domínio da(s) pragmática(s).

Palavras-chave: emancipatória; comprometimento; anti-hegemônica.

ABSTRACT

This paper proposes a *modus operandi* for a non-hegemonic Pragmatics in relation to mainstream theories, i.e., internalist theories (self-sufficiency of language as a system) and externalist ones (social aspects as connected to language, but non-constitutive of it). Two lines of argument are proposed to cope with a New Emancipatory Pragmatics: (1) a new Pragmatics which shows the conceptual incompatibility between the Austinian theory and that interpreted by Searle and (2) an emancipatory Pragmatics in search of a creative intellectual emancipation and the distribution of the sensible. From these two perspectives, theoretical arguments are presented within and about the diverse domains of Pragmatics.

Keywords: emancipator; commitment; non-hegemonic.

O homem é uma vontade servida por uma inteligência (...)
Opor-se à esse sujeito pensante que só se conhecia como tal
divorciando-se do todo sentido e de todo corpo,
um novo sujeito pensante *que se experimenta na ação*
que exerce sobre si mesmo, tanto quanto sobre os corpos
(RANCIÈRE, 2007, p.83) (grifo nosso)

OLHARES

Ao formularmos a prática de uma nova Pragmática emancipatória, direcionamos nossos olhares a um estudo da lingua(gem), levando em conta os diversos

* UECe, Fortaleza (CE), Brasil. dinaferreira@terra.com.br; UECe, Fortaleza (CE), Brasil. claunoce@yahoo.com.br.

aspectos culturais, históricos e sociais que lhe são próprios. Enfim, um desejo de tratar os estudos da linguagem (a) para além de uma linguística imanente, que configura a língua como um sistema auto-suficiente, independente e sob velhas regras dicotômicas, e (b) para além de uma linguística externalista, que acomoda na periferia tais aspectos, considerando-os complementares a uma ciência da linguagem propriamente dita. O que se tem percebido nos estudos da linguagem é que tais aspectos – culturais, históricos e sociais – são apenas acionados aqui e acolá por áreas conhecidas como do núcleo duro, e são engendrados em uma relação modular e compartimentada, sendo a eles atribuídos um lugar de ‘sobras’ ou margens nos estudos da linguagem. E nessa perspectiva, a Pragmática ocuparia as desprestigiadas margens, fora do *mainstream*.

Diante de tantos embates disciplinares, como diz Rajagopalan (1996a, p. 6), “parece muito mais sensato falar em pragmáticas, no plural”, na medida em que não há consenso entre os pesquisadores sobre a definição do que possa ser o domínio da Pragmática. Recentemente tivemos acesso a um livro sobre introdução à pragmática, direcionado a estudantes de graduação, e este livro é a prova contundente de que uma linguística imanente e externalista ainda atravessa os estudos que se nomeiam de pragmática¹. A Pragmática sobre a qual nos detemos afasta-se da versão institucionalizada na linguística, ou seja, da versão de Searle (1969; 1979) que sistematizou a teoria dos atos de fala de tal forma que a reintegrou ao reducionismo e ao formalismo da tradição analítica².

Assim, para identificar o nosso modo de ver a linguagem, recorreremos à chamada Nova Pragmática (RAJAGOPALAN, 2010), que ampliamos para nova Pragmática emancipatória, em cuja proposta diversos fatores que atuam em nossas atividades linguísticas – sejam eles fatores verbais e não verbais, ditos linguísticos e não linguísticos e político-ideológicos –, são integrados a nossas formas concretas de viver e de produzir sentidos através das práticas de linguagem. Por essa estrada, a nova Pragmática emancipatória passa a instrumentalizar nossa proposta com uma nova configuração aos estudos linguísticos, levando em conta não só nossa responsabilidade como linguistas diante da relevância social de nosso trabalho, como também as relações entre linguagem e sociedade (NOGUEIRA DE ALENCAR, 2010), além de mostrar possibilidades de um estudo científico sobre a lingua(gem)

1 Vale a ressalva de que tal livro não é objeto de crítica quanto a sua difusão, até porque uma de nós foi autora da resenha do referido livro, inclusive demonstrando que a proposta didática em nível de graduação ainda exige, muitas vezes, a sistematização aprisionante, para que as portas do ensino possam se manifestar a contento diante do sistema de ensino que ainda encaramos no Brasil.

2 Ver argumentação mais detalhada na obra de Rajagopalan, 2010; e Nogueira de Alencar (2005).

solta das amarras sistêmico-imanentes. O que queremos é reforçar não só a “necessidade urgente de garantir que o trabalho feito em pragmática seja socialmente relevante, dando atenção à necessidade dos estudos da linguagem para a sociedade” (HABERLAND; MEY, 2002, p.1671), mas também que a prática científica só possa ter o direito de existir a partir de sua intervenção na sociedade (MARTINS FERREIRA, 2008). E, nessa intervenção social, não podemos negar que a prática científica está fincada em uma posição política e vinculada a uma “partilha do sensível”, porquanto

política não constitui simplesmente a luta pelo poder, mas implica sempre uma certa partilha do sensível, uma redefinição das formas de ver e organizar o real; isto é, começa a pensar a política como instituição de um tempo diferente, que pelo agenciamento do sensível pode dar visibilidade a coisas que não a tinham, e abrir assim um espaço onde a gente considerada apenas boa para trabalhar descobre em si uma potência para falar e atuar conjuntamente (PELLEJERO, 2009, p. 20).³

1. PRAGMÁTICA – DA NOVA À EMANCIPATÓRIA

O termo “Nova Pragmática”, cunhado por Kanavillil Rajopalan (2010), tem por objetivo mostrar que a leitura austrianiana, em contrapartida à de Searle, possui diferenças inconciliáveis:

A diferença entre as duas formas de ler Austin é gritante. A leitura não searliana de Austin encontra cada vez mais aceitação em áreas como a sociologia e a antropologia e, aos poucos, vai ganhando entusiastas no campo da linguística. Decidi dar o título de *Nova pragmática* a este livro para designar a leitura não searliana, por entender que as diferenças são irreconciliáveis e análogas às que levaram Richard Rorty a nomear com o prefixo “neo” seu modo de encarar o pragmatismo, em oposição à tradição inaugurada por Peirce (RAJAGOPALAN, 2010, p. 18-19).

Enfim, o que ocorre é que “na literatura, já bastante ampla sobre o tema, é comum ver muitos estudiosos confundindo o divulgador com o inspirador” (RAJAGOPALAN, 2010, p. 7). Ou seja, Rajagopalan não nos mostra apenas o engessamento do pensamento austrianiano pelas prerrogativas de seu discípulo, mas abre as portas para uma prática científica que não necessariamente necessita ser validada pelo mundo adâmico da abstração. Ao postular e interpretar o pensamento de Austin, este autor nos mostra que o verdadeiro sucesso de Austin foram os seus

³ Apesar de a autoria ser de Pellejero (2009), trata-se de uma interpretação do pensamento de Rancière (2002; 2009a).

fracassos na busca da sistematização e catalogações do uso da língua: Austin formulava e desconstruía, construía e desfazia, e, pelo humor nesse percurso, mostrava a impossibilidade de a língua se submeter a um internalismo sufocante e a um externalismo vazio:

(...) longe de ser um simples recurso retórico ou estilístico, o humor de Austin, da mesma forma que sua insistência em utilizar o tempo todo uma linguagem propositadamente coloquial, está de acordo com sua desconfiança em relação a qualquer possibilidade de manter uma barreira impermeável entre o objeto do estudo e a forma pela qual se aborda tal objeto. Afinal, boa parte de seu esforço filosófico está voltada a mostrar que a linguagem ordinária é digna de ser objeto das mais altas elucubrações filosóficas (RAJAGOPALAN, 2010, p.14).

E, a partir da obra de Rajagopalan, *A Nova Pragmática: Fases e feições de uma fazer* (2010), levantamos dois caminhos que justificariam o acréscimo de Emancipatória à Nova Pragmática, na medida em que “emancipatória” seria um alargamento, senão uma hipérbole, de sentido ao que propõe como “nova”.

O primeiro caminho é o da etimologia de “emancipatória” que se traduz pela necessidade de os estudiosos da linguagem encararem esses novos olhares como um rito de passagem que liberta, introduzindo uma nova fase em detrimento de uma linguística clássica amordaçada por cordas sistêmicas. Para entender melhor esse acréscimo de nomenclatura, sua etimologia faz-se explanadora, mesmo que utilizada metaforicamente em nossa argumentação. A palavra *emancipare*⁴ compõe-se do prefixo *ē-*, variante de *ex-*, que expressa “movimento para fora”⁵ (contrário de *in-*, “para dentro”), e da raiz *mancip-*, do substantivo *mancipium*, que, quer dizer “mancipação, ação de tomar com a mão a coisa da qual alguém se torna comprador, acompanhada de certas formas solenes”. À sua vez, a palavra *emancipatio* deriva do verbo *emancipare*, que significa “emancipar, libertar da autoridade paterna”. Considerando, então, que *emancipare* é deixar de ser *mancipium*, sua etimologia nos ajuda a compreender o conceito de *emancipação* usado nas ciências sociais, e agora na pragmática: *emancipação* é deixar de ser propriedade de outrem, deixar de ser ‘servo’, deixar de ser ‘mancebo’. A passagem de mancebo para adulto é um rito de passagem, é um rompimento com uma fase para se entrar em uma outra; no caso de nossa argumentação, de uma fase hegemônica de uma linguística, seja internalista,

4 Dictionnaire Latin-Français ; Disponível em: <http://www.lexilogos.com/latin/gaffiot.php>; acesso em: 18 de outubro de 2012. Tal pesquisa foi feita pelo pós-graduando Miguel Afonso Linhares, do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, da Universidade Estadual do Ceará.

5 O uso de aspas simples é recurso no texto para chamar atenção de termos que são relevantes à proposta argumentativa.

seja externalista, para uma linguística crítica, atuante na sociedade, não mais ‘serva’ de poderes teóricos hegemônicos.

O segundo caminho está filiado a dois conceitos de Rancière: “emancipação intelectual” (2002) com “partilha do sensível” (2009a), abordados não com o objetivo de dar conta da complexidade da obra desse autor, mas como recurso argumentativo para entendermos a nossa proposta de uma pragmática do cotidiano (a ser aventada mais adiante) em que a não submissão a sistemáticas se faz relevante para o estudo do uso da linguagem.

Jacques Rancière⁶ “faz da “emancipação” o ponto central do seu pensamento, ora em matéria de política (*Aux bords du politique*, 1998) ora em matéria de educação (*O mestre ignorante*, 2002), e isso pode ver-se inclusive em *O Ódio à Democracia* (2005) (cf. PELLEJERO, 2009, p. 21). Apesar de a expressão “emancipação intelectual” poder (e estar) vinculada à relação do filósofo com a pedagogia, em que postula que todos têm igualdade de inteligência, o sentido dessa emancipação atinge o âmbito político de uma prática científica: “Nas palavras de Jacques Rancière, o pensamento é apenas uma expressão de uma condição e seu trabalho não pertence a uma disciplina, porque ele pertence a uma tentativa de romper as fronteiras de uma disciplina” (BIOGRAPHY, 2010). Nessa proposta de emancipação intelectual está “o ato de uma inteligência que não obedece senão a ela mesma, ainda que a vontade obedeça a uma outra vontade” (RANCIÈRE, 2002, p. 26). Nessa dita “emancipação intelectual” está a liberdade criativa da ordem da interioridade subjetiva; no entanto, a vontade está sedimentada em outra rede, ou seja, na da ordem da exterioridade social. Mas, para que o ato da emancipação, no caso, na prática científica, se realize, é necessário que o sujeito já seja emancipado, de tal modo que saiba participar da “partilha do sensível”. “É precisamente porque nós somos todos iguais por natureza que devemos ser todos desiguais pelas circunstâncias” (JACOTOT⁷, 1836 apud RANCIÈRE, 2002 p. 109). As tais “circunstâncias”, a que Rancière se refere são aquelas que descortinam as “desigualdades”, que, por atividades-circunstância políticas, geram conflitos facilitadores ou impeditivos à emancipação, porquanto,

6 Jacques Rancière nasceu na Argélia em 1940. Filósofo, foi professor emérito (1969-2000) da Universidade de Paris VIII, Saint Denis, “fundada para acolher formas de pensamento que não encontravam espaço no ambiente da Sorbonne” (RANCIÈRE, 2009b). Iniciou sua carreira acadêmica como “discípulo” de Louis Althusser, que dirigia o “Seminário do Capital”, na École Normale Supérieure.

7 Joseph Jacotot, pedagogo, nasceu em Dijon em 1770 e morreu em Paris em 1840. Em Louvain, encarregado de ensinar a estudantes o francês, língua que não compreendiam, utiliza-se de uma edição bilíngue de *Télémaco* de Fenelon, e os alunos conseguem apreender o sentido da língua francesa por si próprios. E foi a partir desse “método jacotot”, aprender por si próprio, que Rancière se inspirou na composição de sua obra *O mestre ignorante* (2002).

para este autor, (2009a, p. 14), “a política se ocupa do que se vê e sobre o que pode se dizer sobre o que é visto, de quem tem a competência para dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e das possibilidades do tempo”. Neste jogo de poder do ver e dizer, o conflito não apenas atinge a ação da emancipação, mas também o seu próprio sentido, pois nessa partilha do sensível, a atividade política constrói o “conflito para dizer o que é palavra e o que é grito, o que é parte de um comum e o que pode ser apenas separado dele” (MIGLIORIN, s/d, p. 3). Ratifica-se, então, o sentido de “partilha do sensível”, ou seja, o conflito que se estabelece entre o comum e a excepcionalidade:

Pela noção de “fábrica do sensível”, pode-se entender primeiramente a constituição de mundo sensível comum, uma habitação comum, pelo entrelaçamento de uma pluralidade de atividades humanas. Mas a ideia de “partilha do sensível” implica algo mais. Um mundo “comum” não é nunca simplesmente o ethos, a estadia comum, que resulta da sedimentação de um determinado número de atos entrelaçados. É sempre uma distribuição polêmica das maneiras de ser das “ocupações” num espaço de possíveis. (RANCIÈRE, 2009a, p. 13).

Mas antes de expormos o conflito de nossa proposta de uma nova Pragmática emancipatória, retornamos à ‘tradição’ dos estudos da Pragmática.

2. CENSURA E JOGO DE PODER NOS ESTUDOS DA LINGUAGEM

Como já apontamos anteriormente, há uma longa tradição consagrada na Linguística que considera a Pragmática como um mero adendo, um apêndice aos estudos da linguagem. Tal pensamento é sintetizado na chamada metáfora da “lata de lixo” (BAR–HILLEL *apud* DASCAL, 1982; RAJAGOPALAN, 1996a), que carimba a hierarquização do (não) prestígio e da prioridade estabelecida pelo jogo de poderes que a linguística constrói. Como denuncia Rajagopalan (1998, p.132),

[...] só se faz investigação pragmática com razoável êxito se dispusermos de uma descrição de semântica do fenômeno em questão, mas não o contrário, e mais, um pragmático precisa conhecer as principais tendências da semântica, a qual por sua vez, (se constitui em um campo de pesquisa onde se trabalha com as sobras da sintaxe) acaba legitimando uma escala de valores de prioridade “conceitual”. O sintaxista se coloca como quem está com o âmago da linguagem, o pragmático com a casca (ou se quiser mudar a metáfora, respectivamente, com a pérola e com a ostra).

E, nessa escala de valores, a própria prática científica conduz à censura, pois

[...] com frequência, as ciências funcionam como verdadeiras seitas, impedindo que os adeptos pensem livremente. A ciência também dos dogmas [...] Os que se atrevem a questionar os dogmas são sumariamente excomungados ou, no caso da ciência, tachados de ‘pseudocientistas’, ‘charlatões’ etc” (RAJAGOPALAN, 2003, p. 49).

Chamamos a atenção para a escala de valores e sua consequente censura, pois está em sua prática a “recusa a aceitar leituras ousadas e divergentes em nome do consenso que se formou em tornou de determinadas leituras de um dado texto” (RAJAGOPALAN, 2003, p. 179). O que nos interessa na discussão de Rajagopalan, sobre a ascensão de Searle como herdeiro intelectual de Austin (ou Searle como sendo a encarnação de Austin) são as prerrogativas de que se arvoram determinados pesquisadores de se apropriarem de forma enviesada de um pensamento, gerando conforto de permanecer em uma linguística tradicional. Enfim, Searle em sua apropriação apresentou a linguagem como sendo capaz de produzir verdades, enunciados e promessas, de idealizar o ato de fala sistematizando o fazer linguageiro, de buscar veios paradigmáticos em que a neutralidade no uso de linguagem esvazia a dinâmica de seu uso, e de apresentar os sentidos como estáveis, encarando-os como formalizáveis por meio da literalidade (NOGUEIRA DE ALENCAR, 2005) – visão da Pragmática prontamente aceita na Linguística Tradicional e em outras áreas humanas e sociais, tal como ocorreu nas versões da pragmática formal de J. Habermas (2001) e da pragmática conversacional de Grice (1975).

E a proposta de uma Pragmática Nova e Emancipatória talvez incomode, na medida em que ainda há vários estudiosos da Pragmática que assumem a mesma posição de Searle, ou seja, a de teórico formalista reducionista da linguagem. Apesar de ser lugar comum na Linguística que a Pragmática trata da prática linguística, Rajagopalan (2010, p. 23) alerta que ainda

[...] a maioria das teorias ditas pragmáticas se dedicam à tarefa de delimitar, circunscrever, ou até mesmo cercear ou imobilizar a prática linguística ao invés de descrevê-la ou explicá-la. Isto é, a grande maioria de teorias que estão por aí tem como meta colocar a prática linguística numa camisa de força. O objetivo é tornar tudo previsível, regado, inteiramente regido por regras determinísticas. O resultado, com frequência, é a transformação da prática linguística em algo totalmente diferente, até irreconhecível, levando-se em conta o fato amplamente reconhecido tanto pelos peritos no assunto como pelos leigos, de que a prática linguística se distingue pelos tropeços, casos, imprevisibilidades e singularidades [...].

O uso de linguagem seria então de interesse secundário para uma investigação linguística. Essa orientação argumentativa, que privilegia o formal e o abstrato em detrimento do uso efetivo real na linguagem, naturaliza a noção idealizada da prática linguística, presente nos textos clássicos na própria área de pragmática. É o

caso do texto de Paul Grice (1975), que combina uma análise de significados com a de princípios de cooperação conversacionais. Aliás, Searle (2002) elogia Grice, ao classificar sua teoria como a intencionalista do significado, afirmando que há uma estreita conexão entre a teoria de Grice e a sua própria sobre a intencionalidade. Sobre “os princípios conversacionais”, estabelecidos por Grice, diz Searle (2002, p.16):

Na conversa, as pessoas aceitam certos princípios tácitos, que Grice chama de “máximas de conversação” – elas aceitam os princípios de que as observações dos locutores serão confiáveis e sinceras (a máxima da qualidade), relevantes para os propósitos conversacionais imediatos (a máxima da relação), de que o falante será claro (a máxima da maneira) e de que o falante não dirá nem mais nem menos do que o necessário para o propósito da conversa (a máxima da quantidade).

Tanto a teoria griceana quanto a interpretação dos atos de fala de Searle ‘idealizam’ os participantes e o processo conversacional. E nesse idealizar, o que parece ser mais compreensível vai exigir um maior “trabalho de cálculo por parte do ouvinte e por isso são menos acessíveis para aqueles que são leigos em matéria de lógica” (RAJAGOPALAN, 2010, p.23). De acordo com Rajagopalan, esses princípios são por demais genéricos e “generosos”, tanto que alerta sobre o perigo de uma orientação que privilegie a “primazia da forma”, pois tratar-se-ia de

uma posição de princípio, de fé – pois, qualquer exemplo do uso que possa ser descoberto posteriormente à identificação de uma determinada forma e vir a ser considerado como contra-exemplo ao princípio será motivo não para que o princípio seja revisto mas para que a forma seja repensada (para dar conta do novo dado rebelde) (RAJAGOPALAN, 2013, prelo)

Modular (“módulos”), formalizar (“primazia da forma”) provocam reducionismo nas probabilidades da prática de linguagem. E diante de tais visões, situamos a pragmática longe das posturas meramente formalistas que prescrevem um ideal de interação, um sujeito autônomo e um sentido como intenção (NOGUEIRA DE ALENCAR, 2010), e muito longe de um simples módulo. Verschueren (1987, apud RAJAGOPALAN, 2010, p. 39) é primoroso em sua prerrogativa do que seja pragmática: “devemos passar não mais a considerar a Pragmática como uma “uma camada ou componente, mas como uma perspectiva”. Inclusive, se buscarmos o sentido de “perspectiva”, ancoramos na probabilidade, ou seja, “ter como provável” (FERNANDES; LUFT; GUIMARÃES, 1993), e provável não é certeza nem “acertos fronteiriços encaixados em módulos”. Como poderíamos fazer a correspondência entre o modular e o provável?: o provável é fugidio, pois ainda não aconteceu,

está para acontecer; e a fixidez proposta “por acertos fronteiriços encaixados em módulos” se perde, pois no instante do ato de acontecer, ao se querer fixá-lo em um sistema, ele já deixou o sistema, porquanto o ‘instante’ do acontecer em ‘poucos instantes’ se torna passado, negando-se à permanência.

3. LINGUAGEM COMO USO SOCIAL: A PRAGMÁTICA DO COTIDIANO

E adotando a pragmática como uma “perspectiva” de seu caráter performativo, podemos ousar dizer que a proposta de uma Nova Pragmática poderia alcançar uma Pragmática Emancipatória, ou seja, uma “perspectiva” que considera as políticas da linguagem, as formas de agência e as mediações culturais a partir da historicidade de nossas práticas culturais – uma pragmática que deixa de ser ‘mancebo’, ‘servo’ (*mancipium*), e que leva em conta a “partilha do sensível” na vida cotidiana; – uma teoria pragmática da vida cotidiana em seus movimentos culturais⁸.

Por que uma pragmática do cotidiano? Nesse cotidiano, nos ancoramos na Filosofia da Linguagem Ordinária (FLO)⁹ em que Austin (1962/1990) e Wittgenstein (1989) são os pensadores centrais. Ambos sustentam a validade de uma linguagem ordinária, cujos volteios não têm nada de ‘ilógico’, nada havendo a questionar sobre os ditos maus usos. Austin revoluciona o pensamento da linguagem ao introduzir a noção de “atos de fala” e de “performatividade”, e, nessa revolução, encontra-se a força da linguagem ordinária. Essa força não nos parece residir em um ‘passado’ da FLO, terminado e acabado como um movimento, pois se pensarmos a linguagem como ação e que nossa ação está no cotidiano, seu uso também é cotidiano – inviabiliza-se, assim, qualquer idealização de que estudar a linguagem é algo abstrato – seu estudo está na força de seu uso cotidiano, na linguagem ordinária. Wittgenstein reforça essa questão de pragmática do cotidiano ao postular que linguagem são formas de vida. Para esse autor, falar da linguagem “é parte de uma atividade ou de uma forma de vida” (WITTGENSTEIN, 1989, § 23, p.18) e “representar uma linguagem significa representar uma forma de vida” (WITT-

8 Há outros estudos em que as autoras desse artigo entendem essa nova proposta sob a nomenclatura de uma Pragmática Cultural. Ver Silva, D. N.; Martins Ferreira, D. M.; Nogueira de Alencar, C. (2014, prelo).

9 A Filosofia da Linguagem Ordinária nasceu na Universidade de Oxford, como um movimento de ruptura com a Filosofia Analítica, apesar de não podermos negar que aquela foi continuação dessa. Nesse movimento são figuras chave Gilbert Ryle, Peter Strawson e J. L. Austin. Desse movimento, as ideias do segundo Wittgenstein tiveram muito impacto, Universidade de Cambridge, pois a “semelhança familiar” entre seus pensamentos (RAJAGOPALAN, 2010, p. 22) privilegiaram a linguagem ordinária.

GENSTEIN, 1989, §19, p. 15). Segundo o *Dicionário Wittgenstein* (GLOCK, 1998), o uso que Wittgenstein faz do termo “formas de vida” diz respeito ao entrelaçamento entre cultura, visão de mundo e linguagem, porquanto “uma forma de vida é uma formação cultural ou social, a totalidade das atividades comunitárias em que estão imersos os nossos jogos de linguagem” (GLOCK, 1998, p. 174), o que nos leva a entender que, pela e na linguagem, realizamos uma série de outras atividades que, por sua vez, não deixam de ser linguagem.

Repetimos a expressão wittgensteiniana “semelhança familiar”, unindo as noções de ação, performatividade, formas de vida, mediações culturais em um conjunto de noções que se fazem, a nosso ver, “familiares” entre si pela “semelhança” que comungam no cotidiano. Wittgenstein considerou que a linguagem não pode ser uniformizada em uma única estrutura lógica e formal, mas sim apresentada em segmentos múltiplos e diferenciados, constituindo cada um deles um jogo de linguagem, possível de ser definido como tal a partir da comparação de “semelhanças” que se repetem numa série de “jogos” – os ditos “jogos de linguagem”. Sua preocupação em afirmar as prerrogativas da linguagem fora de uma estrutura lógica está no próprio uso do plural nos termos “formas de vida” e “jogos de linguagem”, demonstrando por esta pluralidade a inviabilidade de uniformização da linguagem. O objetivo de Wittgenstein é justamente enfatizar a natureza heterogênea da linguagem, cujas atividades linguísticas operam em diferentes níveis de generalidade. Este autor nos dá um belíssimo exemplo dentro de sua própria obra *Investigações Filosóficas* (1989, p. 19), em que usa não somente a analogia de um jogo rígido, como é o caso do jogo de enigmas e de cálculo, mas também jogos menos rígidos, como o das cantigas de roda:

(...) Inventar uma história, ler –
 Representar teatro –
 Cantar uma cantiga de roda –
 Resolver um enigma –
 Fazer uma anedota, cantar –
 Resolver um exemplo de cálculos aplicado –
 Traduzir de uma língua para outra –
 Pedir, agradecer, maldizer, saudar, orar.

Na comunhão de Austin com Wittgenstein para a composição de uma pragmática que trate do cotidiano, teríamos, de um lado, o critério decisivo wittgensteiniano para a determinação do sentido, porquanto a construção do sentido está no “próprio uso das palavras, seu aparecimento nos diferentes jogos de linguagem, que são a expressão de diferentes formas de vida” (OLIVEIRA, 1996, p. 149), e, de outro, a visão de Austin “sempre orientada pela consideração da linguagem a partir

de seu uso, ou seja, da linguagem como forma de ação" (AUSTIN, 1962/1990, p.11). Os caminhos percorridos por Austin e Wittgenstein da segunda fase, para se contraporem à teoria tradicional da linguagem (OLIVEIRA 1996), apontam para novas direções, pois a linguagem passa a ser considerada como *performance*, ou seja, como uma forma de realizar atos (os atos de fala):

Já em 1946, em sua conferência *Outras Mentes*, Austin criticava o que considerava a "falácia descritiva", cometida por certos filósofos. Sentenças do tipo "Eu sei que...", devido à sua forma declarativa, parecem ser descrições de fatos. [...] Propõe, ao contrário, que se considere a expressão "Eu sei que..." do mesmo modo que "Eu prometo...". Seriam expressões usadas não para descrever ou relatar algo, mas para fazer algo, para realizar um ato. Por isso ele as chama de expressões performativas, aquelas que, ao serem usadas em determinadas sentenças, constituem "proferimentos performativos" (AUSTIN 1962/1990, p. 12)

Austin e Wittgenstein nos mostram que adotar certas regras da linguagem pode ou não ser "prático" devido a certos fatos históricos e sociais. Desse modo, deslocamo-nos de um lugar teórico que considera a linguagem como um sistema autônomo pronto e pré-concebido para o terreno imprevisível da linguagem, fruto da *práxis* social, pois, se há lógica interna à linguagem, essa lógica nunca deve ser definida em termos de forma ou de estrutura como um ideal pré-concebido, mas como base na prática e no comportamento linguístico-sociocultural de uma comunidade.

4. O PORQUÊ DE UMA NOVA PRAGMÁTICA EMANCIPATÓRIA

Pensar a linguagem livremente, sem reducionismos, nos desobriga de corresponder ao formalismo exigido pelo discurso da linguística como 'ciência pura' – um desafio para um *modus operandi* de uma nova Pragmática emancipatória. Além das prerrogativas levantadas anteriormente, em que não podemos negar os muitos 'apri-sionamentos' às ontologias ocidentais, muitas vezes até um "essencialismo estratégico" (SPIVAK, 2010) – , Mey (2001) vem defender uma abertura na perspectiva de investigação através da politização da pesquisa em pragmática, confirmada na prerrogativa de Rajagopalan (2010, p. 40): "[o trabalho em pragmática linguística] deveria ir além das ambições meramente descritivas ou explicativas da linguística hegemônica e abraçar objetivos transformadores ou emancipatórios" (grifo nosso).

No que tange os sentidos de uma prática científica pragmática "transformadora e emancipatória", para muitos estudiosos seria apenas um bom conselho, quando, na realidade, estamos clamando por um *modus operandi*. A questão está justamente em entender o termo "*modus operandi*", até porque quando se fala dentro da academia

em aplicabilidade (de teorias), sempre, ou quase sempre, nos precipitamos nas exigências de uma ciência ‘pura’, que muitas vezes nos oferece o ‘conforto’ generoso de ter em mãos as ‘ferramentas’ de análise, nas quais se encaixam os dados¹⁰ (MARTINS FERREIRA, 2008).

Apesar da crítica ao ‘conforto generoso’, não podemos também deixar de lado questões que podem dificultar a nossa proposta de uma nova Pragmática emancipatória. É para tal, voltamos ao sentido das prerrogativas rancierianas e ao sentido etimológico – os conflitos da ação emancipatória e seu sentido.

No que tange o sentido etimológico de “emancipação”, este pode não apenas ser esclarecedor dos significados que lhe atribuímos para a nossa prática pragmática, mas também pode orientar a nossa reflexão no sentido de nos perguntarmos se a emancipação que propugnamos não esconde uma cessão da propriedade – não ao sujeito que deve se emancipar, mas a outro proprietário –, e também se essa emancipação não esconde um individualismo, por ser concebido como uma libertação insolidária e não dentro de uma rede de direitos e deveres coletivos. De fato, o que nos chama mais a atenção na *emancipatio* romana é o fato de ter sido uma faca de dois gumes: o mancebo podia ser emancipado, mas permanecendo *alieni iuris* (“de direito alheio”), sob a tutela de um pai adotivo, ou *sui iuris* (“de direito seu”), tornando-se *manceps* (“proprietário”) de si, mas mesmo neste caso, era uma liberdade relativa, pois, se por um lado se libertava da *patria potestas* (“do poder pátrio”), por outro a condição de novo *ciuis* (“cidadão”) comportava um conjunto de deveres para com a *res publica* (“coisa pública” ou Estado). O sujeito emancipado não era independente, mas autônomo. De fato, *αὐτόνομος* (*autonomos*) nada mais é que a tradução grega de *sui iuris*. Essa argumentação nos leva a perceber o perigo de nossa proposta ser entendida como uma vontade de nos apropriar de uma nova postura científica e, quem sabe, de torná-la hegemônica. Longe disso! Nosso objetivo é propor emancipação, ou melhor, uma autonomia epistêmica nos estudos da linguagem – e não uma liberdade anárquica científica –, de tal forma, que a prática científica progrida (MARTINS FERREIRA, 2008) e não se aprisione a modelos.

A proposta de Rancière de uma emancipação intelectual também pode cair no relativismo de uma subjetivação exacerbada, até impedindo uma partilha do sensível. Ou seja, na partilha do sensível, não podemos negar, pelo nosso cotidiano, que

os indivíduos circulam por mundos em que lhes é permitido e possível sentir e dizer determinadas coisas, de determinadas maneiras. Essas possibilidades são coletivas, habitadas, construídas e deslocadas por indivíduos singulares. Ao mesmo tempo, não são todos os indivíduos que ocupam o mesmo lugar nessa ordem do que é dado a sen-

10 Ver a argumentação sobre a “dadidade dos dados” em Rajagopalan, 2013, prelo.

tir e dizer. Em um mesmo universo, as mesmas linhas que traçam um comum definem lugares exclusivos (MIGLIORIN, s/d, p. 2).

Ou seja, emancipação, (com)partilha do sensível, habita o universo sociopolítico e, como tal, voltamos ao *sui iuris*: podemos ser autônomos, mas não independentes, por fazemos parte do social com deveres e ‘regras’ e de um coletivo. Isso quer dizer que nossa proposta de uma nova Pragmática emancipatória não se prende nem ao anarquismo nem ao dogma de uma subjetivação exacerbada, em detrimento de modelos e teorias, mas sim ao comprometimento social nos estudos da linguagem, levando em conta sua imprevisibilidade e não lutando contra ela. Esse texto se permitiu, talvez, uma escritura “ousada e divergente do consenso”, excluída por alguns estudiosos, mas com a coragem de exercer uma nova Pragmática emancipatória, que, mesmo *sui iuris*, possa tomar o seu lugar agente na intervenção social de nosso cotidiano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUSTIN, J. L. (1962/1990). *How to do things with words*. Harvard University Press [ed. brasileira: (1990) *Quando dizer é fazer. Palavras e ação*. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas].
- BIOGRAPHY. Jacques Rancière. (2010). *The European graduate school faculty. Overview*. Disponível em: <<http://www.egs.edu/faculty/jacques-ranciere/biography/>>. Acesso em: 08 maio de 2011.
- DASCAL, M. (org.) (1982). Fundamentos metodológicos da linguística. V. 4 *Pragmática*. Campinas/SP: Ed. próprio autor/apoio UNICAMP.
- FERNANDES, F.; LUFT, C. N.; GUIMARÃES, F. M. (1993). *Dicionário brasileiro globo*. São Paulo: Globo.
- GLOCK, H. J. (1998). *Dicionário Wittgenstein*. Trad. Helena Martins. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- GRICE, P. (1975). Logic and conversation. In: Cole, P.; Morgan, J.L. (eds.). *Syntax and semantics 3: Speech acts*. New York: Academic Press, pp. 41-58.
- HABERLAND, H.; MEY, J. L. (2002). Linguistics and pragmatics, 25 years after (Editorial). *Journal of Pragmatics*. v. 34, pp.1671-1682.
- HABERMAS, J. (2001). Reflections on the linguistic foundations of sociology. In: J. Habermas, *On the pragmatics of social. interaction. Preliminary studies in the theory of communicative action*. English translation Barbara Fultner. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- MARTINS FERREIRA, D. M. (2008). Exclusão do saber: do pesquisador ao conhecimento. *Revista Intercâmbio*, v. XVII, pp. 120-130.

- MEY, J. L. (2001). *Pragmatics: An introduction*. Malden, MA/Oxford, UK: Blackwell.
- MIGLIORIN, C. (s/d). Igualdade dissensual: Democracia e biopolítica no documentário contemporâneo. *Revista Cinética, Ensaios críticos, Estéticas da biopolítica*. Disponível em: www.revistacinética.com.br/cep/cezar_migliorin.htm. Acesso em julho de 2013.
- NOGUEIRA DE ALENCAR, C. (2005). *Searle interpretando Austin. A retórica do medo nos estudos da linguagem*. Tese de Doutorado em Linguística. Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas.
- _____. (2010). Palavras violentas: Identidades de gênero no Forró Pop. In: Mendonça, A. (org.) *Palavras russas*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora.
- OLIVEIRA, M. (1996). *A Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea*. São Paulo: Loyola.
- PELLEJERO, E. (2009). A lição do aluno. Uma introdução à obra de Jacques Rancière. *Saberes*. v. 2, n° 3, pp. 18-30. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/saberes>>. Acesso em: 1° fev.2011.
- RAJAGOPALAN, K. (1996a). Pragmática. Uma vista aérea. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. 30: 5-7.
- _____. (1996b/2010). O Austin do qual a linguística não tomou conhecimento e a linguística com a qual Austin sonhou. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 30, pp. 105-116 [também publicado (2010). *Nova Pragmática: Fases e feições de um fazer*, capítulo XI, pp. 241-254].
- _____. (1998). A ideologia do suprimido, ou como não teorizar a respeito da ideologia. *D.E.L.T.A.*, v. 14, pp. 121-129.
- _____. (2003). *Por uma linguística crítica. Linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola.
- _____. (2010). *Nova Pragmática. Fases e feições de um fazer*. São Paulo, Parábola.
- _____. (2013). A "dadidade" dos ditos dados na/da pragmática. In: Gonçalves, A. V. e Góis, M. L. de S. (orgs.). *Ciências da linguagem. O fazer científico?* Vol. 2. São Paulo: Mercado das Letras (no prelo).
- RANCIÈRE, J. (1998). *Aux bords du politique*. Paris: La Fabrique.
- _____. (2002). *O mestre ignorante. Cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Trad. Lilian do Valle. Belo Horizonte: Autêntica.
- _____. (2005). *O ódio à democracia*. Trad. Fernando Marques. Lisboa: Mareantes.
- _____. (2007). *Le spectateur émancipé*. Paris/ Bruxelles: La Fabrique.
- _____. (2009a). *A partilha do sensível: Estética e política*. 2. Ed. Trad. Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO Experimental Org.
- _____. (2009b). Entrevista: Jacques Rancière. Entrevistadores: Longman, G., Viana, D. *Revista Cult*, v.12, n° 139, pp. 17-23. Disponível em: <<http://http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/entrevistajacquesranciere/>>. Acesso em: 1° fev. 2011.
- SEARLE, J. (1969). *Speech acts. An essay in the philosophy of language*. Cambridge: Cambridge University Press.

- SEARLE, J. (1979). *Expression and meaning. Studies in the theory of speech acts*. Cambridge: University Press.
- _____. (2002). Filosofia contemporânea nos Estados Unidos. In: Bunnin, T-J. E. P. (org.) *Compêndio de filosofia*. Trad. Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola.
- SILVA, D. N. e; MARTINS FERREIRA, D. M.; NOGUEIRA DE ALENCAR, C. (2014). *Nova pragmática. Modos de fazer*. São Paulo: Cortez (no prelo).
- SPIVAK, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: UFMG.
- WITTGENSTEIN, L. (1989). *Investigações Filosóficas*. Trad. José Carlos Bruini. São Paulo: Nova Cultural (Coleção Os Pensadores).

Recebido: 16/06/2013

Aceito: 29/10/2013

